

AVALIAÇÃO DE PROGRAMA SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA NO NÚCLEO MARIA ROSA

Silvana GAMBINI¹

RESUMO

Este artigo apresenta a experiência realizada pela equipe de funcionários do Núcleo Comunitário do jardim Maria Rosa² com crianças e adolescentes, iniciada no ano de 2004. Aponta ações/atividades sócio-educativas com usuários de 7 a 14 anos que freqüentam a instituição em horário extra escolar. Enfatiza o monitoramento e a avaliação a partir de indicadores, tendo como primazia a reflexão dialética das ações a partir do cotidiano dos usuários. Ressalta também elementos do processo metodológico, bem como a importância do trabalho compartilhado envolvendo toda a equipe e qualificando as ações.

Palavras-chave: Criança e Adolescente, Atividades sócio-educativas, monitoramento e Avaliação.

⁽¹⁾ Assistente Social da Secretária de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social da Prefeitura Municipal de Campinas.

⁽²⁾ Assistente Social, Monitoras, Cozinheira e auxiliar de serviços gerais da Secretária de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão social da PMC.

INTRODUÇÃO

Para falar sobre Avaliação, primeiramente temos que discorrer um pouco sobre o programa social no qual a experiência foi efetivada.

O Núcleo Comunitário de Crianças e Adolescente Maria Rosa é um programa vinculado à Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão social da Prefeitura Municipal de Campinas. Atende crianças e adolescentes de 7 a 14 anos e 11 meses em horário extra-escolar, tendo como objetivo geral a proteção, alimentação e formação através de recursos educativos. Paralelamente a isto, são desenvolvidas ações junto às famílias e comunidade articulado com os recursos sociais.

O programa tem caráter preventivo e contempla um leque de ações voltadas para crianças e adolescentes. Atividades esportivas e de lazer, atividades artesanais e atividade sócio pedagógicas. Estas atividades são desenvolvidas por monitores, seguindo um planejamento mensal realizado por toda equipe da unidade e sempre utilizada como meio de alcance aos objetivos específicos do trabalho. Neste contexto verificamos a necessidade de proceder a um monitoramento sistemático e contínuo das ações desenvolvidas por meio de indicadores de avaliação.

Sabemos que a temática Avaliação de projetos e programas sociais tem ganhado maior atenção por parte dos gestores e agentes sociais envolvidos nesta área, seja no trabalho com crianças e adolescentes ou outros segmentos da comunidade. A Avaliação é um processo sistemático de coleta de informações sobre as ações, características e resultados de programas e/ou projetos a partir de critérios divulgados, que visam determinar sua utilidade ou efetividade gerando recomendações para correção e melhoria das ações. Neste processo avaliar é atribuir valor, medir o grau de eficiência, eficácia e efetividade das políticas e programas sociais.

A Avaliação envolve pelo menos três etapas: o planejamento, processo e resultados, cada um destes deve ser objeto de julgamento por parte da organização.

Na prática, o processo avaliativo possibilita aos envolvidos uma ampliação de conhecimento, vez que exige uma maior reflexão sobre as ações desenvolvidas. É um refletir constante e contínuo.

A Avaliação pode ser caracterizada como um instrumento de gestão, tem importância estratégica no acompanhamento das ações e permite direcionar os investimentos e recursos em pontos prioritários. Entretanto, para sua implementação faz-se necessário uma disponibilidade interna dos agentes, pois implica em co-responsabilização, envolvimento e ação efetiva dos mesmos.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

Diante da complexidade do trabalho com crianças e adolescentes no ano de 2004, sentimos a necessidade de uma reflexão mais aprofundada das ações, tanto em nível de execução como na avaliação. Realizamos um planejamento, traçando as etapas que envolveriam o trabalho e iniciamos por uma discussão teórica envolvendo dois aspectos fundamentais: o trabalho realizado com os usuários/ projeto de Núcleos e os resultados alcançados com este trabalho. Começamos por refletir e responder indagações. Qual a visão de homem e de mundo? (visão/ compreensão/ sentimento) Como é a organização do espaço físico e materiais? Quem são os profissionais que atuam neste trabalho? Quem são os usuários? Que linha pedagógica utilizamos?... Esta reflexão nos fez entender o verdadeiro valor das ações.

Partimos então para a discussão do tema avaliação, não como um tema estático/ acabado, mas como um processo dinâmico, planejado e participativo. Procedemos a um diagnóstico inicial cujo objetivo era conhecer a necessidade maior do grupo de crianças e

adolescentes, bem como o contexto que envolveria a ação. Este levantamento minucioso envolveu todos os usuários (80 crianças e adolescentes), contudo percebemos que o universo era grande demais, diante de nossa pequenez e da dimensão do processo avaliativo, sendo assim decidimos focar o olhar em dois grupos de usuários: crianças e adolescentes com dificuldades de relacionamento que já estavam no Núcleo há mais de um ano e crianças novas que estavam entrando no Núcleo no ano 2004.

Diante dos objetivos específicos construídos coletivamente – ampliar e fortalecer o espaço de sociabilização e socialização de crianças e adolescentes e oportunizar mecanismos de participação interna é autonomia dos usuários no processo de trabalho – e com o propósito de apontar um sinalizador que buscasse expressar os aspectos da realidade observada, considerando as particularidades do contexto, definimos três indicadores, sendo: nível de sociabilização, nível de socialização e nível de participação interna.

Alguns elementos importantes foram discutidos como parte do processo metodológico. Na definição também respondemos algumas questões: Que grupo estaríamos avaliando? Qual o número/ quantidade de usuários? Com que periodicidade? E em que momento? Definidas estas questões passamos a decodificar cada indicador, buscando trazer para discussão e visualização seus componentes e manifestações a partir do público observado. Também sinalizamos que o grupo avaliado estaria sendo observado em dois momentos distintos, ou seja, no momento onde estariam sendo realizadas atividades diretivas com apoio de outro profissional, estando a monitora como suporte na observação dos usuários, e no momento das atividades não diretivas em que a monitora estaria sozinha no grupo com os usuários.

Para coleta de dados utilizamos alguns instrumentais – entrevistas, observação sensível, fichas de frequência, prontuários e a ficha de avaliação propriamente dita. Também utilizamos informações cotidianas do processo de trabalho: relatórios, auto-avaliação com usuários entre outros.

Trabalhamos coletivamente na construção de conteúdo pedagógico (ações sócio-educativas, teóricas e práticas) trazendo questões importantes para o grupo, levando sempre em conta o interesse dos usuários. Este conteúdo em alguns momentos sofria alterações, a partir da leitura e reflexos das ações junto aos usuários.

Identificamos alguns problemas na dinâmica familiar de alguns usuários do grupo avaliado (gravidez indesejada da mãe, falecimento de genitor, alcoolismo, abandono de lar por parte da genitora) e que acabaram refletindo em situações conflituosas no espaço do Núcleo. Outros problemas foram identificados junto às crianças e adolescentes no âmbito do Núcleo: individualismo (falta de cooperação e ajuda mútua), restrito relacionamento e/ ou de forma negativa, falta de entendimento e aceitação as regras e dificuldades de aprendizado do conteúdo formal/baixo rendimento. A reflexão da equipe estava sempre presente no processo e nestes momentos algumas alterações foram necessárias. Foram introduzidos alguns temas – trabalho em grupo/ introdução de oficina artesanato coletiva, mudança de usuário de grupo, e abordagem de diversos temas e dinâmicas objetivando atingir o foco do problema. Ressaltamos, porém, que não conseguimos dar conta de alguns aspectos, principalmente no que dizia respeito ao conteúdo formal (do contexto escolar).

PRIMEIROS RESULTADOS

As ações desenvolvidas juntamente com o processo de monitoramento e avaliação nos permitem descrever alguns resultados alcançados com o trabalho. Esclarecemos que tais resultados são bastante significativos para nós profissionais que trabalhamos direta ou indiretamente com as crianças e adolescentes, contudo não se esgotam em si mesmos. Este processo avaliativo compreende a coleta, discussão conjunta, tabulação, categorização e análise dos dados.

Procedemos à discussão dos resultados iniciando pelo Nível de Sociabilização por entendermos que a interrelação dos usuários é

um dos aspectos fundamentais do trabalho, contudo há uma correlação bastante estreita entre os três indicadores: sociabilização, participação interna e socialização.

Socialização, segundo dicionário Aurélio – ação ou ato de socializar, tornar sociável.

Percebemos que os usuários (crianças e adolescentes) ampliaram seu universo de relações, fazendo e mantendo suas amizades, explorando a comunicação e interrelação com os colegas. Outro aspecto bastante assimilado e praticado por eles foi as regras do convívio social (obrigado, com licença...) regras estas que atualmente são pouco estimuladas nos diferentes ambientes em que vivem. Também percebemos a ampliação e aceitação das regras coletivas.

Em relação à resolução de conflitos (componente do indicador de sociabilização), os resultados foram pequenos, apenas algumas crianças conseguiram assumir seus erros e defeitos e um número bastante significativo continua utilizando a agressão (física, verbal) como forma de resolver os conflitos. Poucos recorrem à monitora para solicitar ajuda e outros poucos fazem uso do diálogo.

Entendemos que a violência tem raízes profundas na estrutura sócio-econômica e cultural do país e é reproduzida pela sociedade nos diferentes ambientes, contudo ela não pode ser inatingível. Temos que continuar trabalhando no sentido de promover a resolução pacífica dos conflitos, construindo com os educandos, alternativas positivas de mudança de hábitos e atitudes.

Por se tratar de um termo bastante amplo e complexo, optamos por observar a participação das crianças e adolescentes dentro do espaço interno do Núcleo Maria Rosa, daí a denominação participação interna. Na observação deste indicador levamos em conta três dimensões, ou seja, o Fazer Parte (frequência da criança e do adolescente nas atividades), o Tomar Parte (ação efetiva que este usuário desenvolve), o Ser Parte (sentimento de pertencer ao grupo de crianças e adolescentes). Estes três elementos foram considerados no processo avaliativo.

“Participação entendida como um processo, no sentido legítimo do termo: infundável em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim participação é em essência auto promoção e existe enquanto conquista processual”. (DEMO, 1988:18).

Em relação ao primeiro aspecto, visualizamos que o grupo observado obteve uma frequência acima de 80%, ou seja, a presença física é bastante positiva. A ação de construir algo foi sinalizada com mais frequência na execução de atividades artesanais, porém alguns ainda precisam ampliar seu compromisso. Criamos várias frentes e possibilidades para participação dos usuários, contudo o grupo ainda enfrenta algumas dificuldades, falta iniciativa e envolvimento em todo processo (início, meio e fim).

Sabemos que existe a cultura da não participação. Na família, na escola e nos diferentes ambientes esta participação foi sempre tolhida e em alguns ambientes ainda continua sendo. A participação envolve satisfação, responsabilidade e compromisso.

O último aspecto diz respeito ao sentimento, o grupo sinaliza um grande desejo e realização pessoal em estar no Núcleo.

Entendemos que a participação dos usuários no Núcleo ainda é incipiente, contudo temos que continuar criando espaços e estimulando nossos educandos a participarem, importante dizer que já percorremos um grande caminho, vez que contamos com a presença efetiva dos usuários tendo como alicerce uma base afetiva, pois sentem prazer em participar do Núcleo.

Socialização, segundo dicionário Aurélio –1 ato de socializar, 2- Extensão de vantagens particulares por meio de leis e decretos, à sociedade inteira.

Percebemos por meio do indicador socialização que poucos usuários trazem informações adquiridas/aprendidas no contexto escolar, para o Núcleo, o que ocorre com frequência é a socialização de fatos vistos e/ou vividos por ele em sua comunidade, principalmente questões relacionadas à violência urbana. A maioria dos usuários possui um universo conceitual bastante restrito.

Também percebemos que o tema sexualidade está presente entre alguns adolescentes, contudo há uma socialização restrita a um pequeno grupo e que atualmente com a criação de espaço vem sendo expandido e socializado a todos os adolescentes que frequentam o Núcleo.

A Socialização de conteúdo formal (aprendido na escola) é quase que inexistente apesar do Núcleo abrir este espaço, a verbalização não acontece. A maioria dos nossos usuários tem dificuldades na leitura e escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode fazer uma avaliação sem percorrer um processo e é sobre este que estaremos falando.

No processo avaliativo esbarramos em algumas dificuldades. Pensar em avaliação significa observar sensivelmente, refletir e relatar a ação, contudo quando contamos com uma equipe reduzida, pouco tempo para reflexão e dificuldades em relatar, começam a surgir às dificuldades, contudo o desejo de acertar nos motiva a continuar e os obstáculos por si só deixam de ser impeditivos para realização do trabalho.

Alguns aspectos positivos também são identificados neste processo. O refletir a ação, saindo do ativismo e considerando o universo maior e o contexto no qual o usuário está inserido e a visualização de resultados positivos, possibilitando um crescimento pessoal para os usuários e educadores.

A avaliação ainda é um instrumento novo no âmbito do trabalho social, contudo tem se mostrado elemento valioso e essencial dentro do processo de trabalho, contudo a interiorização e o valor que se atribua a ela se faz alavanca no desenvolvimento do trabalho.

A implantação da avaliação através de indicadores de monitoramento e de resultados supõe (pelo menos) dois tipos de ação

dos educadores e executores: a disponibilidade interna para entender o processo avaliativo e colocá-lo em prática e a capacidade para buscar alternativas de ações pedagógicas para mudança do conteúdo programático, caso seja necessário.

No entanto, deve se levar em conta que os indicadores não são instrumentos neutros, não respondem a tudo, e para serem efetivos, dependem muito de processos mais racionais de formulação. A indicação destes deve ser feita “sob medida” para cada projeto a partir dos objetivos específicos.

Vale ressaltar que quanto mais profissionais estiverem envolvidos no processo, tanto maior será o grau de precisão dos indicadores e resultados.

Em resumo, apesar de nossas resistências e pouca existência do hábito de avaliar, o processo do olhar sensível e crítico sobre nossas ações pode resultar na descoberta e conquistas que sem esse olhar passariam despercebidas.

Pensar nas possibilidades e potencialidades, sem deixar de lado os limites e obstáculos pode ser o ponto inicial para a construção e prática do processo avaliativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta T. S (1.198). “**Tendências nos estudos sobre avaliação**”, in RICO, Elizabeth Melo. Avaliação de políticas sociais: Uma questão em debate. São Paulo, Cortez. 1998.

DEMO, Pedro. “**Participação é conquista**”, São Paulo, Cortez, 1988.

NOVO **Dicionário da língua portuguesa**, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, séc. XXI ed. Nova Fronteira.

RICO, Elizabeth Melo. RAICHELIS, Raquel. **Gestão Social: Uma questão em debate**. Educ. Sp, 1999.

